

**Cópia:**

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 9/2015, em que é recorrente **Vanda Maria Ferro Nobre de Oliveira** e entidade recorrida o 1º Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca de São Vicente.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 34/2023

(Reclamação Anómala contra ao Acórdão 4/2023 dirigida ao TJ-CEDEAO pela Sra. Vanda Maria Nobre de Oliveira)

I. Relatório

1. A Senhora Vanda Maria Nobre de Oliveira, dizendo-se inconformada com o *Acórdão 4/2023* prolatado por esta Corte Constitucional, interpôs junto à secretaria deste Tribunal reclamação dirigida ao Tribunal de Justiça da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental contra o Estado de Cabo Verde, tendo, para o que releva, articulado argumentação no sentido de que:

1.1. Competiria ao Tribunal Constitucional conhecer da admissibilidade dessa reclamação em virtude do regulamento interno dessa corte sub-regional, e ao “revés” remeter a peça através do Ministério dos Negócios Estrangeiros a essa entidade judicial:

1.2. Depois de um longo arrazoado, pede que se:

1.2.1. Declare “[a] nulidade do Acórdão n.º 4/2023, ao abrigo do artigo 25º da Lei do Amparo e, com as suas consequências legais, nomeadamente a invalidade do douto despacho do Meritíssimo Juiz do 1º Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca de São Vicente, que decide mandar à Executante (Embargante) que substitua por outrem com “inscrição ativa”, nos autos de execução, o seu advogado constituído, Pedro Rogério Delgado (com procuração nos autos dos Embargos do Executado em que foi interposta a Apelação para o STJ como efeitos de produção da ‘SUSPENSÃO DA INSTÂNCIA’);”;

1.2.2. “Abrindo-se um parentese, quem tinha sido notificado pelo Relator do TC, para participar, em representação da recorrente, no julgamento do seu Recurso Constitucional (em autos de ação concreta da constitucionalidade supra, em que pediu ao TC que declarasse a inconstitucionalidade orgânica e material de taxas de juros a 8 por cento ao ano, do artigo 580 do Código Civil, a seu favor de sorte a vir a pagar ao BCA a sua d[í]vida, dentro dos rigores da Constituição e das leis aplicáveis ao caso concreto); com o reentrinhamento, nos autos de Recurso de Amparo Constitucional nº 9/2015, da Reclamação que não devia ser retirada por anteceder ao Acórdão nº 26/2020, a não ser que este o tivesse decidido, nesse sentido”.

1.2.3. Termina reiterando o pedido de declaração de nulidade do mesmo Acórdão 4/2023, “que decide ‘ordenar que a Secretaria Judicial desentranhe a peça (reclamação para a Conferência e não alegado incidente pós-decisório de arguição de nulidade da sentença) em que se requereu a declaração da nulidade do Acórdão nº 48/2020, de 30 de outubro e que a mesma seja devolvida à requerente’ com as consequências da sua devolução à pr[o]cedência, com a permanência do seu advogado constituído nos autos de ação executiva, por apenso autos de Embargos do Executado”.

2. Tratando-se de autos findos e já arquivados, por iniciativa do Juiz-Conselheiro Presidente (JCP) o Tribunal reuniu-se no dia 17 de março para apreciar o requerimento, seguindo-se a decisão que se lavra abaixo e que segue acompanhada dos fundamentos expostos a seguir.

II. Fundamentação

1. A Senhora Vanda Maria Ferro Nobre de Oliveira protocolou o que designou de reclamação contra um acórdão deste Tribunal Constitucional, aparentemente pretendendo que este Coletivo aprecie a sua admissibilidade e/ou remeta-o ao órgão alegadamente competente para o conhecer – que, na sua opinião, seria o TJ-CEDEAO – através do MNECIR.

2. Esta tentativa de ressuscitar um processo finado pelo trânsito em julgado através de uma reclamação dirigida a um órgão incompetente para o conhecer e através de procedimentos manifestamente inidóneos é a todos os títulos censurável.

2.1. Posto que, no mínimo, e perante dezenas de pedidos efetivos de amparo a aguardar apreciação, o Coletivo é obrigado a reunir-se para apreciar um requerimento espúrio e absolutamente infundado que, sem qualquer enquadramento na legislação doméstica, tenta reavivar autos findos referentes a decisões judiciais que, nesta fase, só podem estar – e a menos que existam outros recursos paralelos aptos a sustarem a sua eficácia por decidir – em situação de legítima execução com todas as consequências legais;

2.2. Nos termos do *Acórdão 05/2022, de 10 de fevereiro, Alex Saab v. STJ*, Red: JCP Pinto Semedo; JC Aristides R. Lima; JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 21, 22 de fevereiro, pp. 346-348, numa situação em que a legislação não oferece base para que o Secretário ou o JCP possam determinar a devolução das peças sem intervenção do Coletivo.

3. Sobretudo em se tratando de assunto sobre o qual recai um Acórdão do próprio Tribunal Constitucional que confirmou decisão do Egrégio STJ de desaplicação e complementarmente declarou, com força obrigatória geral, a inconstitucionalidade de norma hipotética segundo a qual os tribunais cabo-verdianos teriam a obrigação de cumprir decisões exaradas pelo TJ-CEDEAO, pelo menos em matéria de direitos humanos, como é o caso em apreciação (*Acórdão 39/2021, de 30 de agosto, Alex Saab v. STJ, referente à aplicação de normas inconstitucionais no julgamento de detenção de pessoa, no julgamento do processo de extradição e na autorização de extradição e recusa de aplicação de norma hipotética decorrente de instrumentos internacionais por inconstitucionalidade*, Red. JC Pina Delgado; JC Aristides R. Lima e JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, 15 de outubro de 2021, pp. 2508-2570, 12). Do que decorre que:

3.1. Não pode apreciar a admissão de uma reclamação que é dirigida a um Tribunal Regional que não tem jurisdição em matéria de direitos humanos sobre a República de Cabo Verde, precisamente porque, como se desenvolve nesse aresto, o Estado não se vinculou ao Protocolo do TJ-CEDEAO de 2005 – que reconhece tais poderes ao órgão regional e concede legitimidade a indivíduos para dirigirem queixas por violação dessa categoria de direitos –, nos termos previstos pela Lei Fundamental;

3.1.1. Na ocasião deixou-se assentado que o “Tribunal Constitucional não pode deixar de considerar que o Estado de Cabo Verde não está vinculado ao Protocolo de 2005 e à sua cláusula de aplicação provisória por não o ter assinado ou ratificado, por não ser obrigado a cumprir um tratado ao qual não deu o seu assentimento e a cumprir decisão judicial de tribunal regional ao qual não reconheceu competências em matéria de queixas individuais por violação de direitos humanos, geral ou no caso concreto, e por não ter tido qualquer comportamento do qual se poderia inferir esse reconhecimento de jurisdição e o consequente dever de acatamento” (Ibid., 12.11), por essa razão, endossando “o entendimento já lavrado pelo Supremo Tribunal de Justiça de que em casos nos quais o Estado de Cabo Verde não manifestou consentimento em ficar vinculado por um tratado e não atribui uma competência específica a um tribunal internacional o cumprimento desse tratado e a execução interna dessa decisão teria[m] um grande potencial para atingir de forma inconstitucional o princípio da soberania nacional, consagrado no número 1 do artigo 1º da Constituição da República, com corolários no número 1 do artigo 11 da Carta Magna e com reflexos no artigo 119 que consagra os tribunais como órgãos de soberania” (Ibid., 12.11.1).

3.1.2. Nesse sentido, qualquer ato empreendido por este Tribunal que se relacione à participação em procedimento judicial que tenha na sua base decisão de admissibilidade sobre reclamação dirigida ao TJ-CEDEAO pressuporia uma atuação contrária à soberania nacional, materializando-se numa conduta de desrespeito pela Constituição;

3.2. Por esses mesmos motivos, muito menos poderá remeter a um outro órgão do Estado que integra o poder executivo tal peça, legitimando *a priori* e induzindo-lhe em prática inconstitucional que poderia, inclusive, suscitar questões de responsabilidade política e criminal do agente do poder público envolvido.

4. Determinando que se siga a orientação adotada no *Acórdão 05/2022, de 10 de fevereiro, Alex Saab v. STJ*, Red: JCP Pinto Semedo; JC Aristides R. Lima; JC Pina Delgado, II e III, no concernente a situações em que se traz ao conhecimento do TC requerimentos manifestamente infundados.

III. Decisão

Pelo exposto, os Juízes do Tribunal Constitucional, reunidos em Plenário, decidem ordenar à Secretaria Judicial que devolva a peça que a Senhora Vanda Maria Ferro Nobre de Oliveira remeteu ao Tribunal Constitucional, e que doravante não receba qualquer incidente ou requerimento de qualquer espécie referente aos Autos de Recurso de Amparo 9/2015.

Registe, notifique e publique.

Praia, 22 de março de 2023

Pelo Tribunal:

José Pina Delgado
Aristides R. Lima
João Pinto Semedo

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 22 de março de 2023.

O Secretário,

João Borges